

**1º SIMULADO**

**MPT**

**PROCURADOR DO TRABALHO**



**Estratégia**  
Carreira Jurídica



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso do MPT;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil de prova dos concursos do MPT;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-MPT-Procurador-do-Trabalho-04-01-20>



Cartão de Respostas						
1	21	41	61	81		
2	22	42	62	82		
3	23	43	63	83		
4	24	44	64	84		
5	25	45	65	85		
6	26	46	66	86		
7	27	47	67	87		
8	28	48	68	88		
9	29	49	69	89		
10	30	50	70	90		
11	31	51	71	91		
12	32	52	72	92		
13	33	53	73	93		
14	34	54	74	94		
15	35	55	75	95		
16	36	56	76	96		
17	37	57	77	97		
18	38	58	78	98		
19	39	59	79	99		
20	40	60	80	100		

## PROVA OBJETIVA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**01.** Assinale a alternativa correta a respeito da Constituição e do Constitucionalismo.

a) Nos Estados Unidos, diferentemente da França, a constituição americana deu pouca relevância ao papel do juiz, dada a aversão à sua figura pelos revolucionários, reduzindo a função do Judiciário a mero emissor da voz da lei.

b) A Constituição francesa de 1791 construiu um sistema fundado na supremacia do legislativo, restando ao executivo a função de dispor dos meios aptos à aplicação da lei.

c) O modelo de constitucionalismo praticado no mundo contemporâneo segue, nas suas linhas gerais, o padrão que foi estabelecido pela Constituição francesa de 1791, especialmente no que diz respeito à função do Judiciário.

d) A Constituição norte-americana de 1787 e a Constituição francesa de 1791 são os dois marcos mais importantes do Neoconstitucionalismo.

e) A Constituição francesa de 1791 deu extrema relevância ao papel do juiz, tendo em vista a importância desse Poder no interior de seu texto.

**02.** No tocante ao Poder Legislativo, a Constituição Federal estabeleceu que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Nesse sentido, portanto, no que diz respeito às CPIs, assinale a alternativa correta.

a) Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.

b) As CPIs têm poderes para impor medida judicial determinando a proibição do indiciado deixar o território nacional.

c) É garantido ao indiciado o direito de contar com a presença de seu advogado durante seu interrogatório na CPI, mas o causídico não pode intervir no curso do depoimento.

d) A decretação de prisão pelas CPIs somente se admite no caso de crime em estado de flagrância.

e) As CPIs têm poderes para impor a decretação de interceptação telefônica.

**03.** Na hipótese de o Ministério Público ajuizar uma ação civil pública em âmbito da justiça estadual, objetivando, em defesa do patrimônio público, a anulação de uma licitação baseada em lei municipal incompatível com dispositivo da Constituição Federal, é correto afirmar que o Poder Judiciário Estadual

a) poderá conhecer da ação, mas o pedido deverá ser julgado improcedente, pois a lei municipal não pode ser objeto de controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal.

b) não poderá conhecer da ação, uma vez que o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição Federal é de competência da Justiça Federal.

c) poderá conhecer da ação, e o controle de constitucionalidade poderá ser decidido de modo incidental restringindo-se seus efeitos *inter partes*.

d) não poderá sequer conhecer da ação, uma vez que a ação civil pública não pode ser utilizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade.

e) poderá conhecer da ação, inclusive com a atribuição de efeito erga omnes no caso de procedência da demanda.

**04.** Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal acerca da Tributação e do Orçamento.

a) A União, mediante lei ordinária federal, poderá instituir empréstimos compulsórios, e a aplicação dos seus respectivos recursos será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a posterior compensação nos meses seguintes, caso não se realize o fato gerador presumido.

e) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

**05.** À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais.

I - A interceptação de comunicações telefônicas, submetida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, é admitida, na forma da lei, para fins de investigação criminal e apuração de ato de improbidade administrativa.

II - Não viola o direito à intimidade a requisição, pelo Ministério Público, de informações bancárias de titularidade de órgão e entidades públicas, a fim de proteger o patrimônio público.

III - Mesmo em caso de flagrante delito, o ingresso forçado de autoridade policial em domicílio, independentemente de autorização judicial, é condicionado à demonstração de fundada suspeita de ocorrência de crime no local.

IV - A inviolabilidade domiciliar não afasta a possibilidade de agentes da administração tributária, no exercício da autoexecutoriedade, ingressarem em estabelecimento comercial ou industrial, independentemente de consentimento do proprietário ou de autorização judicial.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) I, III e IV.

e) I, II, III e IV

**06.** De acordo com a CF, os partidos políticos são

a) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

b) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

c) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

d) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

e) pessoas jurídicas de direito público, tendo, inclusive, as faculdades inerentes à Fazenda Pública.

**07.** Conforme o entendimento do STF e a legislação pertinente, a função constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça inclui

a) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, exceto os do STF.

b) o controle interno da atuação administrativa, financeira e disciplinar do Poder Judiciário.

c) o controle de legalidade de atos normativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, o que não implica a possibilidade de afastar, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei.

d) o recebimento e conhecimento de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, assim como o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, incluídos os do STF.

e) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, incluído os do STF.

**08.** A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Conforme o entendimento do STF e a classificação tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal previsão constitui norma de eficácia

a) contida, embora de aplicabilidade diferida.

b) plena, pois de aplicabilidade imediata.

c) plena, embora de aplicabilidade diferida.

d) limitada, pois de aplicabilidade mediata.

e) contida, embora de aplicabilidade imediata.

**09.** Considerando o entendimento do STF acerca dos modelos, dos instrumentos e dos efeitos das decisões no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Apenas no controle abstrato o STF admite a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.

b) Embora seja ação típica do modelo concentrado, a arguição de descumprimento de preceito fundamental se presta, entre outros fins, ao controle concreto de constitucionalidade.

c) O STF admite a intervenção do amicus curiae na edição ex officio dos enunciados de súmula vinculante.

d) A admissão de reclamação constitucional ajuizada contra omissão do poder público que contrarie súmula vinculante independe do esgotamento da via administrativa.

e) O STF entende ser incabível a realização de audiência pública antes do julgamento de recurso extraordinário, por ser mecanismo típico do controle abstrato.

**10.** Acerca do direito constitucional à saúde e à seguridade social, assinale a opção correta, segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial.

a) A seguridade social compreende saúde, previdência e assistência social, todas prestadas independentemente de contribuição dos usuários.

b) De acordo com o STF, desde que seguidos os padrões regulamentados pela ANVISA, não é proibido o uso industrial e comercial do amianto.

c) De acordo com o STF, não ofende a CF a internação hospitalar em acomodações superiores, no âmbito do SUS, mediante pagamento da diferença de valor correspondente.

d) O polo passivo de ações que versem sobre responsabilidade nos tratamentos médicos pode ser ocupado por qualquer dos entes federados.

e) Os objetivos da seguridade social não incluem equidade dos benefícios entre as populações urbana e rural.

**11.** Em face dos direitos sociais previstos na Constituição, Edmundo, que é servidor do Ministério Público do Trabalho, tem direito:

a) À remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

b) À redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

c) Ao seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

d) À duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias.

e) À remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.

**12.** Considerando-se as disposições da CF e o entendimento do STF sobre repartição de competência, é correto afirmar que compete

a) aos estados legislar sobre a definição de crimes de responsabilidade praticados pelos governadores e sobre as normas do seu processo e julgamento.

b) aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, sendo possível a edição de medida provisória para sua regulamentação.

c) aos estados legislar, de forma concorrente, sobre bingos e loterias.

d) aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte coletivo.

e) à União legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, até mesmo os que comercializem bebidas alcoólicas.

**13.** De acordo com os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

a) é permitido o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização de órgão competente para defesa do patrimônio público.

b) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

c) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país e os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, ainda que qualquer deles não esteja a serviço do País e sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, até atingirem a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

d) dentre as condições de elegibilidade para concorrer ao cargo de prefeito estão a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, a filiação partidária e a idade mínima de dezoito anos até a data da posse.

e) Vice-Prefeito que assumiu a prefeitura um ano antes das eleições a se realizarem, não está impedido de participar do pleito e ser eleito para novo mandato de prefeito, ainda que não tenha se desincompatibilizado do cargo.

**14.** No tocante ao direito fundamental à privacidade, na hipótese de um Promotor de Justiça compartilhar informações sobre ativos financeiros com a Receita Federal, inclusive solicitando que esta apure aspectos da vida tributária do investigado, é correto afirmar que

a) o inteiro proceder do Promotor estará em conformidade com a Constituição Federal e por ela amparada, se a quebra do sigilo bancário foi autorizada por decisão do juiz competente.

b) não poderia ter havido compartilhamento, pois esse tipo de exceção ao direito de privacidade somente pode ser autorizada no âmbito de um processo judicial e após a denúncia-crime.

c) conforme entendimento do STF, é constitucional o compartilhamento do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil, que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

d) conforme entendimento do STF, o Delegado de Polícia e o Promotor de Justiça detém poderes para determinar a quebra do sigilo bancário do investigado no inquérito policial, visando a obtenção de prova para fins de investigação criminal, porém não poderia haver compartilhamento dos dados com a Receita Federal.

e) não poderiam os dados bancários do investigado, no caso, ser compartilhados com a Receita Federal, ainda que a quebra do sigilo bancário tenha sido judicialmente autorizada pela autoridade competente.

**15.** É incorreto afirmar que:

a) A constituição de 1824 foi marcada por forte centralização político-administrativa, tendo como forma de governo a monarquia hereditária constitucional; a religião católica era adotada como oficial; as eleições eram indiretas e censitárias e, dentre todas as constituições da história nacional, foi a que vigorou por mais tempo (1824/1891).

b) A constituição de 1891 consagrou o sistema de governo “presidencialista”; instituiu o federalismo e adotou como forma de governo a república. A religião católica foi mantida como oficial da nova República.

c) A constituição de 1934 preocupou-se em enumerar direitos fundamentais sociais; manteve a república, a federação, a divisão de poderes, o presidencialismo e o regime representativo.

d) A constituição de 1967 mostra grande preocupação com a “segurança nacional”, concentrando o poder no âmbito federal, ampliando os poderes do Presidente da República.

e) A EC 3, de 1993, fez surgir no cenário brasileiro a ação declaratória de constitucionalidade.

**16.** Segundo posição majoritária e atual do STF, no caso de coexistência de duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma ajuizada no tribunal de justiça local e a outra, no STF, o julgamento da ação na justiça estadual prejudicará o julgamento da ação em curso no STF se

a) a repercussão geral da ação for negada pelo STF sob o argumento de a inconstitucionalidade alegada dever-se à incompatibilidade com preceito da Constituição do estado que meramente repita preceito da CF.

b) a inconstitucionalidade alegada basear-se na incompatibilidade com preceito da Constituição do estado sem correspondência na CF e o tribunal de justiça estadual tiver se negado a conhecer da ação.

c) a decisão do tribunal de justiça for pela procedência da ação e a inconstitucionalidade for por incompatibilidade com preceito da Constituição do estado sem correspondência na CF.

d) a decisão do tribunal de justiça for pela improcedência da ação e a alegação de inconstitucionalidade for por incompatibilidade com preceito da Constituição do estado que meramente repita preceito da CF.

e) a ação não tiver sido conhecida pelo STF sob o argumento de a inconstitucionalidade alegada dever-se à incompatibilidade com preceito da Constituição do estado sem correspondência na CF.

### **DIREITOS HUMANOS**

**17.** No que diz respeito à Convenção OIT 189, assinale a alternativa correta.

a) A Convenção da OIT 189 foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2017 por intermédio de decreto legislativo. Havido depósito e ratificação perante a OIT, aguarda-se, para vigência interna a promulgação do seu texto no Brasil, o que ocorrerá por intermédio de decreto executivo.

b) A Convenção OIT 189 trata da criação de condições e garantia de direitos para assegurar o trabalho doméstico decente que depende de ratificação pelo Governo Brasileiro desde quando assinada em 2011.

c) Não obstante a proteção de direitos humanos dos trabalhadores domésticos, critica-se a Convenção OIT 189 pelo fato de não trazer previsão normativa quanto à saúde e segurança e em relação à previdência social.

d) A Convenção OIT 189, embora promova direitos sociais do trabalhador doméstico migrante, não disciplina regras para a formalização da oferta de trabalho antes do efetivo deslocamento para o país de destino do trabalhador, fato que rende críticas ao documento internacional.

e) Dadas as características particulares da prestação de serviços domésticos, a Convenção OIT 189 admite o pagamento integral de salário in natura, desde que mais favorável ao trabalhador doméstico, quando evidenciada que a contraprestação pessoal destina-se à subsistência do grupo familiar.

**18.** Assinale a alternativa correta acerca do controle de convencionalidade.

a) O controle de convencionalidade autêntico é aquele realizado pela corte Suprema de um Estado.

b) O controle de convencionalidade preliminar é aquele realizado por órgãos internacionais regionalizados, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

c) O controle de convencionalidade de matriz nacional é realizado unicamente por órgãos jurisdicionais.

d) Segundo o STF, há limites ao objeto do controle de convencionalidade nacional.

e) No controle de convencionalidade, o tratado de direitos humanos é sempre a norma paramétrica superior.

**19.** Assinale a alternativa que contém a informação correta acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

a) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão da Organização dos Estados Americanos.

b) A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem natureza jurisdicional apenas.

c) A juiz que for nacional de algum dos Estados-partes em caso submetido à Corte conservará seu direito de conhecer do mesmo.

d) A Corte é composta de nove juízes, exigindo-se a presença de sete juízes para que se iniciem as deliberações.

e) Os juízes da Corte serão eleitos, em votação secreta e pelo voto da maioria simples dos Estados-partes na Convenção, na Assembleia Geral da Organização, a partir de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados.

20. Considerando os tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Primeiro Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos previu a criação de um Comitê para avaliar o cumprimento do Pacto pelos Estados Partes.
- b) O Comitê do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi criado em virtude de disposição expressa no corpo do próprio pacto.
- c) O 2º Protocolo facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança, que trata de procedimentos de Comunicação e ainda não foi internalizado em nosso ordenamento jurídico.
- d) Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, entende-se por criança todo ser humano menor de 12 anos de idade.
- e) O 1º Protocolo facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança, que trata do envolvimento de crianças em conflitos armados, foi ratificado pelo Brasil em 2004.

### **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

21. Analise as assertivas abaixo expostas:

- I. O princípio da norma mais favorável apresenta tríplice dimensão, influenciando a atividade legiferante, a atividade interpretativa, bem como o processo de hierarquização das normas trabalhistas.
- II. São características do Direito do Trabalho seu cunho intervencionista, o fato de os seus institutos jurídicos mais típicos serem de ordem coletiva ou socializante, bem como seu caráter cosmopolita.
- III. O princípio da continuidade constitui presunção favorável ao empregado, razão pela qual o ônus da prova, quanto ao término do contrato de trabalho, é do empregado, nas hipóteses em que são negadas a prestação dos serviços e o despedimento.

IV. A reforma trabalhista alterou profundamente o direito justarabalista, de modo a flexibilizar algumas regras trabalhistas, bem como conferiu maior amplitude à flexibilização coletiva.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

22. Analise as assertivas abaixo expostas:

I. Os tratados e convenções internacionais, ratificados ou não pelo Brasil, constituem fontes materiais do Direito do Trabalho.

II. O laudo arbitral, com crescente utilização no âmbito justarabalista, consiste em forte formal heterônoma do Direito do Trabalho.

III. As convenções e acordos coletivos do Trabalho, em atenção ao reconhecimento que a Constituição da República lhes assegura, possuem matiz normativa equivalente, representando ambas fontes autônomas do Direito do Trabalho.

IV. Embora a jurisprudência tenha reconhecido a relevância enquanto fonte do direito do trabalho, ainda que subsidiária, a legislação impede expressamente que as súmulas das cortes trabalhistas restrinjam direitos previstos em lei.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II, III e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**23.** Analise as assertivas abaixo expostas no que se refere ao “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”, criado por meio da Medida Provisória 905, de 11 de novembro de 2019:

I. Trata-se de modalidade contratual, com vigência temporária, que objetiva impulsionar o mercado de trabalho, estimulando sobretudo a contratação daqueles trabalhadores em idade mais avançada, razão pela qual não se admite a contratação de menor aprendiz sob tal modalidade.

II. O regime fundiário do trabalhador verde e amarelo não difere daqueles contratados sob outras modalidades.

III. Em regra, o atual empregado, uma vez dispensado, não poderá ser recontratado pelo mesmo empregador, na modalidade Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, pelo prazo de cento e oitenta dias, contado da data de dispensa.

IV. O trabalhador verde e amarelo submete-se integralmente às regras contidas nas convenções e nos acordos coletivos da categoria a que pertença.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva III está correta.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**24.** Analise as assertivas à luz do regramento estatuída na Lei 12.815/2013, conhecida como “Lei dos Portos”:

I. O órgão de gestão de mão de obra é pessoa jurídica pré-qualificada para exercer as atividades de movimentação de passageiros ou movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado.

II. O operador portuário é reputado de utilidade pública, sendo-lhe vedado ter fins lucrativos, prestar serviços a terceiros ou exercer qualquer atividade não vinculada à sua missão precípua.

III. Cabe ao órgão de gestão de mão de obra manter, com exclusividade, o cadastro do

trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso.

IV. Os trabalhadores nas atividades de capatazia, estiva e conferência de carga pertencem a categorias profissionais diferenciadas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**25.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. O cooperado é espécie de trabalhador autônomo, razão pela qual inexistente, em regra, vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados tampouco com os tomadores de serviços.

II. O ordenamento jurídico estabelece diversos incentivos ao desempenho de atividades de apoio político-partidário, entre as quais o afastamento do vínculo de emprego quando o obreiro for remunerado com valor mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo do benefício do Regime Geral de Previdência Social.

III. A parceria entre salões de beleza e profissionais ensejará a caracterização de vínculo empregatício quando inexistir contrato escrito e homologado perante o sindicato profissional ou por órgão do Ministério da Economia.

IV. O contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, desde que seja pessoa física ou micro e pequena empresa, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida

**26.** Analise as assertivas abaixo expostas atinentes ao vínculo de estágio regido pela Lei 11.788/2008:

I. São requisitos formais do vínculo de estágio: matrícula e frequência regular do educando; celebração de termo de adesão entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de adesão.

II. A jornada de atividade em estágio não poderá ultrapassar: quatro horas diárias e vinte horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

III. Sob nenhuma hipótese o recesso do estagiário será remunerado, sob pena de restar caracterizado o descanso anual remunerado inerente ao vínculo empregatício.

IV. A legislação, ao tempo em que torna prescindível a contratação de estagiários, estabelece número máximo em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**27.** Analise as assertivas abaixo em relação à aprendizagem:

I. A validade do contrato de aprendizagem prescinde de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, apesar de exigir a inscrição do aprendiz em programa educacional desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

II. O contrato de aprendizagem é considerado de natureza especial, em razão de especificidades como sua formalização, a respectiva predeterminação de prazo, as regras quanto à extinção antecipada, a jornada de trabalho máxima, o regime de férias e o recolhimento fundiário.

III. Considera-se aprendiz a pessoa maior de quatorze anos e menor de vinte anos que celebra contrato de aprendizagem, assegurando-se a ele os direitos trabalhistas e previdenciários.

IV. A despeito de haver o estabelecimento de cota mínima para contratação de aprendizes, tal regra não se aplica às contratações realizadas por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.
- e) Não respondida.

**28.** Analise as afirmativas abaixo no tocante aos atuais parâmetros legais e jurisprudenciais relacionados ao trabalho da mulher:

I. Muito embora as trabalhadoras sejam destinatárias de diversas medidas protetivas, havendo prorrogação do horário normal de trabalho, não é obrigatória a concessão de descanso de 15 minutos antes do início da jornada extraordinária.

II. As empregadas que se tornarem mães, seja em razão do nascimento ou da adoção de crianças ou adolescentes, fazem jus à licença-maternidade, embora as adotantes não tenham direito à estabilidade provisória no emprego.

III. A conduta que importa exigência de teste comprovando estado de gravidez, como condição para admissão, tem seus efeitos persecutórios restritos à seara justralbista, sujeitando-se o infrator apenas a sanções administrativas e cíveis.

IV. A incidência da estabilidade da gestante somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa, de sorte que o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**29.** Analise as assertivas abaixo expostas quanto ao vínculo do motorista profissional regido pela CLT:

I. O tempo de espera, apesar de não ser computado como jornada de trabalho e nem como hora extraordinária, será objeto de indenização junto ao trabalhador.

II. É permitido o fracionamento do intervalo interjornadas e também do intervalo intrajornada para os motoristas profissionais, contrariamente ao que se verifica para os empregados em geral.

III. Estão sujeitos à jornada especial de doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso.

IV. A jornada extraordinária dos motoristas profissionais sujeita-se ao mesmo limite imposto aos empregados celetistas em geral.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**30.** Analise as assertivas abaixo expostas no que diz respeito à remuneração dos empregados regidos pela CLT:

I. O recebimento de gorjetas, enquanto importâncias não salariais, sofreu diversas alterações legislativas nos últimos anos, sendo que atualmente é facultado às empresas que as cobrarem reterem uma fração de seu valor para custear encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados.

II. A reforma trabalhista, notadamente, buscou reduzir a aptidão de o salário repercutir sobre outras parcelas de cunho trabalhista, em confronto ao chamado efeito expansionista circular.

III. Tem prevalecido o entendimento jurisprudencial pela possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.

IV. A despeito de a reforma trabalhista ter dificultado a pretensão salarial equiparatória, havendo comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, será devida multa, em favor do empregado discriminado, tomando por base uma parcela de sua remuneração.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**31.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. Ao encontro dos mais recentes entendimentos da corte trabalhista superior, a legislação passou a autorizar o estabelecimento de controle de ponto por exceção.

II. O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

III. Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

IV. É obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia, a despeito de a convenção e o acordo coletivos de trabalho prevalecerem sobre a lei quando dispuserem sobre tal modalidade de registro da jornada.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**32.** Analise as afirmativas abaixo no tocante à extinção do vínculo contratual trabalhista:

I. Tratando-se de adesão de empregado a Plano de Demissão Voluntária, é válida a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, desde que o Plano tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista, pressupondo-se, ainda, a existência de vantagens reais em benefício do trabalhador aderente.

II. Sendo analfabeto o empregado, o pagamento rescisório a que fizer jus será efetuado apenas em dinheiro.

III. A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, é suficiente para excluir o direito do empregado ao aviso prévio.

IV. A reforma trabalhista regulamentou o distrato na relação empregatícia, hipótese em que o empregado faz jus à metade das seguintes parcelas: (i) do aviso prévio, se indenizado, (ii) das férias proporcionais, (iii) da indenização sobre o saldo do FGTS recolhido durante o referido vínculo e (iv) do décimo terceiro proporcional.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**33.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. A estabilidade do dirigente sindical somente subsiste se as atribuições do contrato de trabalho do empregado eleito têm relação com a categoria do sindicato para o qual foi eleito dirigente, de sorte que o empregado de categoria diferenciada só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.

III. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado que ocupa a presidência das comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

IV. A jurisprudência tem estendido às empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) a estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Não respondida.

**34.** Analise as assertivas abaixo expostas no que diz respeito à terceirização trabalhista:

I. Considera-se lícita qualquer forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, uma vez mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

II. Embora o tomador de serviços goze de liberdade para a admissão de trabalhadores, a legislação estabelece certas limitações, a exemplo daquelas que buscam mitigar os riscos de as empresas dispensarem seus empregados próprios para terceirizarem, com os mesmos trabalhadores, as atividades por eles exercidas.

III. A legislação faculta a extensão aos trabalhadores terceirizados das facilidades médicas e de refeição dos próprios empregados da contratante, exceto no caso de serviços prestados nas dependências da tomadora dos serviços, hipótese em que tal faculdade convola-se em dever legal.

IV. Diferentemente do que se observa em relação ao trabalhador terceirizado, a legislação assegura remuneração equitativa ao trabalhador temporário, isto é, equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**35.** Analise as assertivas abaixo expostas no que diz respeito à regulamentação do dano extrapatrimonial na seara trabalhista:

I. O nome e a imagem da pessoa jurídica empregadora são bens tutelados pela legislação trabalhista, de sorte que eventual violação nesse sentido pode dar azo ao pagamento de indenização em favor do empregador.

II. A reforma trabalhista passou a listar expressamente na CLT as circunstâncias que devem ser avaliadas pelo juiz do trabalho na análise de pedidos de indenização por danos extrapatrimoniais, cujo pedido não pode ser cumulado com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.

III. A justiça do trabalho é competente para julgar ações de indenização por dano moral decorrente da relação trabalhista, exceto aquelas envolvendo empregados públicos ou propostas por sucessores do trabalhador falecido.

IV. A exigência de antecedentes criminais caracteriza lesão moral quando traduzir tratamento discriminatório, não se justificar em razão de previsão de lei ou não se justificar pela natureza do ofício ou do grau especial de fidúcia exigido.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**36.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. Para se buscar igualdade de oportunidades, o poder público deverá garantir à população negra sua participação na vida econômica, social, política e cultural do País, prioritariamente, por meio de ações afirmativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades étnicas também no tocante ao mercado de trabalho.

II. Ao migrante no território nacional é garantido o cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas, bem como a aplicação das normas de proteção ao trabalhador, podendo-lhe ser concedido visto temporário com finalidade de trabalho.

III. Compete ao Conselho Tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

IV. O poder público deverá atuar integradamente para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo certo que o juiz assegurará à mulher em tal situação a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

### **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**37.** Analise as afirmativas a seguir no que se refere ao direito de greve:

I. Apesar de a legislação não inviabilizar a greve em atividades essenciais, são estabelecidas restrições adicionais, a exemplo do pré-aviso do movimento paretista com antecedência mínima de 72 horas.

II. A realização da greve, enquanto paralisação coletiva da prestação dos serviços, depende de decisão da diretoria-geral do sindicato.

III. Em regra, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos, exceto quando não forem assegurados os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, hipótese em que é autorizada a contratação de trabalhadores temporários.

IV. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, ainda que indiretamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**38.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.

II. O acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas e troca do dia de feriado.

III. Se for pactuada cláusula em instrumento coletivo que reduza a jornada dos trabalhadores, deverão ser previstos mecanismos de proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo.

IV. Inexistem discussões doutrinárias quanto ao efetivo enquadramento das regras sobre duração do trabalho e intervalos como sendo normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para todos os fins.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**39.** Analise as assertivas abaixo expostas no que diz respeito às entidades sindicais e respectivas fontes de financiamento:

I. O Supremo Tribunal Federal se posicionou contrariamente à supressão da obrigatoriedade de pagamento da contribuição sindical promovida pela reforma trabalhista.

II. A contribuição confederativa só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

III. Ao vedar a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, a Constituição adotou o sistema da unicidade sindical, rompendo definitivamente com ideais fascistas de outrora e alinhando-se plenamente ao princípio da liberdade sindical.

IV. O aposentado filiado ao sindicato, mesmo em situação de inatividade, tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Não respondida.

**40.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. A similitude de condições de vida do trabalho em comum, em situação de emprego em atividades econômicas idênticas, similares ou conexas compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

II. O Tribunal Superior do Trabalho tem acolhido a posição concretista do Poder Judiciário, autorizando-se o reconhecimento, como tais, de categorias diferenciadas, quando o legislador se mostrar inerte.

III. As centrais sindicais, enquanto entidades de representação geral dos trabalhadores, têm como atribuição participar de negociações em fóruns e colegiados que possuam composição tripartite, bem como celebrar convenções coletivas na falta de federações ou confederações representativas das categorias profissionais.

IV. A Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, condena a unicidade sindical adotada pela Constituição da República de 1988.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**41.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. A ultratividade da norma coletiva de trabalho, apesar de relativizada nos últimos anos, continua sendo amplamente aceita nos campos jurisprudencial e legislativo.

II. Em exceção ao princípio da norma mais favorável, o direito positivo acolheu o critério da especialidade diante de antinomia entre acordo e convenção coletiva de trabalho.

III. A partir do estudo do direito positivo é possível identificar mitigações ao princípio da proteção em relação a empregados que percebem salário igual ou superior a duas vezes o teto dos benefícios do regime geral de previdência social e possuem nível superior, para os quais presume-se não se encontrarem em situação de hipossuficiência.

IV. São restritos os efeitos de decisão judicial que anular cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, razão pela qual eventual cláusula compensatória existente deverá ser preservada.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva III está correta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**42. Analise as assertivas abaixo expostas:**

I. Os representantes dos trabalhadores na comissão de entendimento direto serão eleitos mediante votação secreta, enquanto os representantes do empregador serão designados pelo ente patronal.

II. São atribuições da representação direta dos trabalhadores, previstas na CLT, a solicitação de comprovantes quanto aos efetivos recolhimentos fiscais, previdenciários e depósitos do FGTS.

III. A referida comissão deve ser composta por cinco, sete ou nove membros, assegurando-se a eleição de uma comissão por unidade da federação na hipótese de a empresa possuir empregados em vários estados ou no Distrito Federal.

IV. Os representantes diretos dos trabalhadores poderão fomentar medidas de flexibilização nos contratos individuais de trabalho.

Assinale a alternativa que melhor se relaciona com as assertivas acima:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

**43. Analise as assertivas abaixo expostas:**

I. Havendo impasse na negociação coletiva reguladora da Participações nos Lucros e Resultados (PLR), as partes poderão se valer de mediação ou arbitragem de ofertas finais.

II. O princípio da adequação setorial negociada postula que as normas coletivas do trabalho podem prevalecer sobre a legislação estatal heterônoma desde que implementem padrão setorial de direitos superior ao padrão geral oriundo da legislação heterônoma aplicável.

III. É inválida, naquilo que ultrapassar o período total de dois anos, a cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.

IV. Diferentemente da celebração, a prorrogação ou revogação de Convenção ou Acordo independem de aprovação da assembleia-geral dos sindicatos convenientes ou partes acordantes.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**44. Analise as assertivas abaixo expostas:**

I. As disposições da Convenção OIT 141, ratificada pelo Brasil, que trata das organizações de Trabalhadores Rurais, em regra não alcançam pessoas que trabalhem por conta própria, como arrendatários, parceiros e pequenos proprietários.

II. Nos termos da Convenção OIT 98, que trata do Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva, é prevista adequada proteção às organizações de trabalhadores e de empregadores contra quaisquer atos de ingerência de umas e outras, quer diretamente quer por meio de seus agentes ou membros, em sua formação, funcionamento e administração.

III. A Convenção OIT 154, que trata do fomento à negociação coletiva, obstrui a adoção de mecanismos de conciliação ou de arbitragem nos quais participem voluntariamente as partes na negociação coletiva.

IV. Em observância à Convenção OIT 151, que trata do Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) passou a entender cabível dissídio coletivo em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, independentemente de seu conteúdo.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

**45.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. Participar da conciliação em dissídios decorrentes da paralisação de serviços de qualquer natureza, oficiando obrigatoriamente nos processos, manifestando sua concordância ou discordância, em eventuais acordos firmados antes da homologação, abstendo-se de recorrer nos referidos casos.

II. Intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.

III. Atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

IV. Promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

São competências do Ministério Público do Trabalho:

- a) Apenas aquelas mencionadas nas assertivas I, II e III.
- b) Apenas aquelas mencionadas nas assertivas I, III e IV.
- c) Apenas aquelas mencionadas nas assertivas II, III e IV.
- d) Apenas aquelas mencionadas nas assertivas I, II, III e IV.
- e) Não respondida.

**46.** Analise as assertivas abaixo expostas:

I. Apesar de não serem admitidas práticas sindicais em que o trabalhador, como critério de admissão e manutenção no emprego, firma com seu empregador compromisso de não filiação a sindicato, admite-se que o empregador se comprometa perante o sindicato profissional a admitir somente trabalhadores filiados.

II. É prática admitida pelo direito coletivo do trabalho o estímulo que empregador dá à organização de sindicato obreiro, em contrapartida ao controle indireto de suas ações.

III. Desde que preservada a intimidade dos obreiros, é facultado às empresas divulgarem entre si os nomes dos trabalhadores com atuação sindical significativa, ainda que se dificulte seu acesso ao mercado de trabalho.

IV. Ao estimular a participação nas entidades sindicais, tem-se considerado lícita a imposição a empregados de que permaneçam filiados ao sindicato e nele permaneçam durante toda a vigência da convenção coletiva, sob pena de serem dispensados.

Assinale a alternativa que melhor se relaciona com as assertivas acima:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.
- e) Não respondida.

#### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**47.** De acordo com as orientações jurisprudenciais e as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes afirmativas:

I - No caso de tutela antecipada ou liminar concedidas antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

II - O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, transitando em julgado na data de sua homologação, na forma da jurisprudência do TST.

III - A alegação de incompetência absoluta necessita do prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

**48.** Leia e analise as hipóteses abaixo:

I – A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

II – De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho o acordo ou termo de conciliação homologado judicialmente é equiparado à sentença de mérito, podendo ser impugnado por ação rescisória.

III- O acordo ou termo de conciliação homologado judicialmente não terá eficácia de coisa julgada em relação à Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todos os itens são corretos;
- b) apenas os itens I e II são corretos;
- c) apenas os itens I e III são corretos;
- d) apenas os itens II e III são corretos;
- e) todos os itens são incorretos.

**49.** Em sede de recurso realiza-se o duplo juízo de admissibilidade, em especial, analisando-se os pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos no processo do trabalho, De acordo com o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I - O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e empresas em recuperação judicial.

II - Considera-se tempestivo o recurso interposto antes do termo inicial do seu prazo.

III - O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

IV - Os embargos de declaração intempestivos não possuem o condão de interromper o prazo para a interposição de outros recursos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

**50.** Acerca da execução no processo do trabalho, considerando entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É inválida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.
- b) Quando houver discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.
- c) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- d) Em sede de embargos à execução, a exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
- e) A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

**51.** Analise as assertivas abaixo:

I - Oposta exceção de incompetência, é vedado à parte arguir conflito de jurisdição.

II - No procedimento de rito sumaríssimo, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo serão decididas de plano.

III - A intimação de testemunha só será deferida, quando for comprovadamente convidada e deixar de comparecer. E quando não comparecer a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

IV - O preposto da empresa deve ser, obrigatoriamente, seu empregado, exceto na hipótese de reclamação de empregado doméstico ou reclamação contra micro e pequeno empresário.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) as assertivas I, II e III estão corretas;
- b) as assertivas II e IV estão corretas;
- c) as assertivas I e IV estão corretas;
- d) apenas a assertiva IV está correta.
- e) apenas a assertiva III está correta.

**52.** Assinale a alternativa INCORRETA consoante o entendimento sumular do TST:

- a) Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitado em julgado.
- b) A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.
- c) A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.
- d) A revelia não produz efeito, quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- e) Caso ausente o reclamado em audiência, mas presente o advogado, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

**53.** Marque a opção INCORRETA:

a) O recurso ordinário somente será recebido no seu efeito devolutivo, sendo admitido pela jurisprudência uniforme do TST, o uso de mandado de segurança para se obter efeito suspensivo a recurso, sendo necessário a configuração dos elementos aptos a ensejar o provimento pleiteado.

b) É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

c) Em havendo previsão, no instrumento de mandato, de prazo para sua juntada, o mandato só tem validade se anexado ao processo o respectivo instrumento no aludido prazo.

d) Válido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

e) São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

**54.** Analise as seguintes assertivas:

I - A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.

II - É legal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, sendo incabível o mandado de segurança visando à realização da perícia.

III - A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente for beneficiária da justiça gratuita, e não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa.

IV - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) somente as assertivas II e III estão incorretas;
- c) somente a assertiva II está incorreta;
- d) somente a assertiva I está incorreta.
- e) somente a assertiva IV está incorreta;

**55.** Acerca dos prazos processuais é INCORRETO afirmar:

a) No caso de o recorrente alegar a existência de feriado local e não o comprovar no momento da interposição do recurso, cumpre ao relator conceder o prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício (art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015), sob pena de não conhecimento se da comprovação depender a tempestividade recursal.

b) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no dia subsequente.

c) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, em virtude de força maior, devidamente comprovada.

d) Aplica-se no processo do trabalho, inclusive nos processos eletrônicos, a duplicação dos prazos processuais quando os litisconsortes tenham advogados distintos.

e) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

**56.** Em relação às nulidades no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) A nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.

b) A decretação de nulidade de determinado ato prejudicará todos os posteriores, ainda que dele não dependam ou sejam consequência.

c) Serão considerados nulos os atos decisórios, quando declarada, ainda que ex officio, a nulidade fundada em incompetência de foro.

d) O juiz ao pronunciar a nulidade de determinado ato, não precisará declarar os atos a que se estende a nulidade.

e) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho haverá nulidade independente dos atos gerarem manifesto prejuízo às partes litigantes.

**57.** Roberval contrata uma empregada doméstica, Sra. Izildinha, para auxiliar a sua esposa nos afazeres domésticos. Insatisfeita com

a relação laboral formada, a empregada resolver ingressar com Ação Trabalhista pleiteando diversas verbas não arcadas pelo empregador.

No entanto, na data designada para a audiência inaugural Roberval e Izildinha não compareceram a audiência.

Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA:

a) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista.

b) Por se tratar de ausência de autor e réu, aplicar-se-á confissão ficta para ambas as partes.

c) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, mas sem consequências para o autor.

d) Ocorrerá o arquivamento da ação e condenação em litigância de má fé ao reclamado.

e) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, e o julgamento com base nas regras de ônus da prova.

**58.** A respeito da competência material da Justiça do Trabalho, é CORRETO afirmar que:

a) Foi ampliada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, assegurando à Justiça do Trabalho competência para julgar os crimes contra a organização do trabalho.

b) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, mas não entre sindicatos e trabalhadores e muito menos entre sindicatos e empregadores.

c) A Justiça do Trabalho tornou-se competente para o julgamento de todas as matérias relativas à execução das contribuições previdenciárias não recolhidas pelo empregador em face da relação laboral.

d) Cabe à Justiça do Trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

e) A Justiça do Trabalho tornou-se competente para o julgamento de mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, ainda que o ato questionado não envolva matéria sujeita à sua jurisdição.

**59.** Sobre o procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:

- a) Somente é cabível recurso de revista por violação literal de disposição de lei federal.
- b) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
- c) É admissível a realização de prova técnica.
- d) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- e) Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

**60.** Acerca das provas no processo do trabalho, leia e assinale os itens a seguir:

I - O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

II – É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário.

III – É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas a assertiva II está correta;
- c) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- d) apenas as assertivas I e III estão corretas;
- e) apenas as assertivas I e II estão corretas;

**61.** Leia e analise os itens abaixo:

I - No inquérito judicial para apuração de falta grave com prévia suspensão do empregado, se o pedido do requerente for julgado improcedente, não tendo sido reconhecida a falta grave, o Juízo condenará o requerente a pagar ao requerido os salários e demais vantagens do período do afastamento, os quais podem ser executados nos próprios autos, além de determinar a reintegração do empregado, sem necessidade de reconvenção, uma vez que o procedimento do inquérito tem natureza dúplice.

II - O processo de dissídio coletivo de natureza econômica será admitido sem que antes se esgotem as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acordo correspondente.

III - As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) todas as assertivas estão incorretas;
- c) apenas a assertiva III está correta;
- d) apenas a assertiva I e II estão corretas;
- e) apenas a assertiva I e III estão corretas;

**62.** Leia e analise as hipóteses abaixo:

I – O instrumento de transação referendado perante o Ministério Público, ou termo de compromisso de ajustamento de conduta, é considerado título executivo extrajudicial e, como tal, será executado na Justiça do Trabalho.

II – Os termos de ajustamento de conduta e os termos de compromisso em matéria trabalhista terão prazo máximo de dois anos, renovável por igual período desde que fundamentado por relatório técnico, e deverão ter suas penalidades atreladas aos valores das infrações contidas nesta Consolidação e em legislação esparsa trabalhista, hipótese em que caberá, em caso de descumprimento, a elevação das penalidades que forem infringidas três vezes.

III – Caso detectados irregularidades reiteradas ou elevados níveis de acidentalidade ou adoecimentos ocupacionais em determinado setor econômico ou região geográfica, o planejamento da inspeção do trabalho deverá incluir ações coletivas de prevenção e saneamento das irregularidades, mas sem a possibilidade de participação de outros órgãos públicos e entidades representativas de empregadores e de trabalhadores.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) todos os itens são corretos;
- b) apenas os itens I e II são corretos;
- c) apenas os itens I e III são corretos;
- d) apenas os itens II e III são corretos;
- e) todos os itens são incorretos;

### **DIREITO CIVIL**

**63.** Sobre as fundações, assinale a alternativa correta.

a) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão imediatamente incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

b) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura particular ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

c) Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

d) É vedada a constituição de uma fundação para fins de atividades religiosas.

e) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.

**64.** Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

b) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

c) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

d) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou e que dela o destinatário tivesse conhecimento.

e) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

65. Sobre a solidariedade passiva, é correto afirmar:

- a) O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida aproveitam aos outros devedores.
- b) Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.
- c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
- d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.
- e) O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; aproveitando-lhe as exceções pessoais a outro co-devedor.

66. Acerca dos contratos, é incorreto afirmar:

- a) Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- b) Concluído o contrato preliminar, e desde que dele não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive.
- c) Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

d) No momento da conclusão do contrato, pode uma das partes reservar-se a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes. Essa indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de cinco dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.

e) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da celebração.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

67. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Tanto na recuperação judicial quanto na falência, o Comitê de Credores conta com a participação de 1 (um) representante indicado pela classe de credores trabalhistas, com 2 (dois) suplentes.
- b) Na falência, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários.
- c) No primeiro lugar entre os créditos concursais estão os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho.
- d) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas na Lei nº 11.101/05 em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.
- e) Não respondida.

**68.** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro; e, simples, as demais.
- b) Excepcionalmente, é válida estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- c) A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.
- d) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- e) Não respondida.

### **REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**69.** São prerrogativas institucionais dos membros do Ministério Público da União, exceto:

- a) sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem.
- b) usar vestes talares.
- c) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar.
- d) a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no território nacional, quando em serviço de caráter urgente.
- e) o porte de arma, independentemente de autorização.

**70.** Sobre o Procurador-Geral da República, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, permitida a recondução precedida de nova decisão do Senado Federal.

b) A exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal, em votação secreta.

c) É atribuição do Procurador-Geral da República encaminhar aos respectivos Presidentes as listas sêxtuplas para composição dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

d) É vedado ao Procurador-Geral da República delegar aos Procuradores-Gerais a atribuição de dirimir conflitos de atribuição entre integrantes de ramos diferentes do Ministério Público da União.

e) O Procurador-Geral da República designará, dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, o Vice-Procurador-Geral da República, que o substituirá em seus impedimentos. No caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, até o provimento definitivo do cargo.

**71.** São órgãos do Ministério Público do Trabalho, exceto:

- a) o Procurador-Geral do Trabalho.
- b) as Procuradorias Regionais do Trabalho.
- c) a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
- d) a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.
- e) os Subprocuradores-Gerais do Trabalho.

**72.** Acerca do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a) O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho é presidido pelo Procurador-Geral do Trabalho.
- b) Compõem o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho quatro Subprocuradores-Gerais do Trabalho, eleitos para um mandato de dois anos, pelo Colégio de Procuradores do Trabalho, mediante voto plurinominal, obrigatório e secreto, permitida uma reeleição.
- c) O Conselho Superior elegerá o seu Vice-Presidente, que substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.
- d) O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, em dia previamente fixado, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral do Trabalho ou por proposta da maioria absoluta de seus membros.
- e) Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

**73.** São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.
- c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- e) exercer as funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe permitida a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

**74.** Sobre as Coordenadorias institucionais do MPT, é incorreto afirmar:

- a) A Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente tem como objetivo estabelecer estratégias nacionais de combate ao trabalho infantil e à exploração do trabalho do adolescente, integrar as Procuradorias Regionais do Trabalho em uma ação uniforme e coordenada de combate ao trabalho infantil e de regularização do trabalho do adolescente, assim como fomentar a troca de experiências e discussões sobre a temática.
- b) A Coordenadoria Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo tem como missão erradicar o trabalho prestado em condições análogas às de escravos, coibindo o trabalho forçado e em condições degradantes.
- c) A Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho tem como objetivo o combate e a inibição às fraudes que afastam a relação de emprego e desvirtuam a aplicação dos direitos trabalhistas previstos na Constituição, CLT e nas demais normas de proteção do trabalhador.
- d) A Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho tem como objetivos conjugar esforços para harmonizar as ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Trabalho na defesa do meio ambiente laboral, inclusive no que se refere ao relacionamento com outros órgãos e entidades, fornecer apoio técnico-científico, observadas as disponibilidades materiais e de pessoal, e integrar as Unidades de Lotação, visando ao tratamento uniforme e coordenado quanto à temática, com a escolha das estratégias de atuação institucional e das providências para implementar a legislação vigente.
- e) A Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública tem como missão estabelecer, em nível nacional, estratégias coordenadas e integradas de atuação institucional, uniformizando procedimentos destinados a coibir ações da Administração Pública que violem interesses coletivos dos trabalhadores.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

**75.** Assinale a alternativa correta:

- a) O rol de princípios elencados nos artigos iniciais do Código de Processo Civil é exaustivo.
- b) Com a constitucionalização do direito processual civil, o contraditório, atualmente, é composto pelo trinômio: ciência, reação e poder de influenciar as decisões do juiz.
- c) A Administração Pública pode se submeter à arbitragem, podendo escolher que ela seja resolvida pelo direito ou pela equidade, bem como pode optar pela publicidade ou pelo sigilo.
- d) Em determinado processo, o juiz não decretou a nulidade existente no processo e requerida pelo réu, mas julgou o mérito a favor do próprio réu. Nesse caso, o juiz desrespeitou as regras do novo Código de Processo Civil.
- c) O Código de Processo Civil prevê a identidade física do juiz.

**76.** Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação: interesse de agir, legitimidade ad causam e possibilidade jurídica do pedido.
- b) O modelo cooperativo, que atende à nova ordem do processo civil no Estado constitucional, propõe que o juiz seja assimétrico no decidir e na condução do processo.
- c) É possível proferir decisão sem ouvir o réu em algumas hipóteses, como, por exemplo, em ações possessórias, tutelas provisórias de urgência e tutela de evidência quando as alegações de fato estiverem de acordo com julgamento de casos repetitivos.
- d) O prazo de *vacatio legis* do novo Código de Processo Civil foi de um ano decorrido da data de sua publicação, entrando em vigor no dia 17/03/2016.
- e) Os processos passíveis de sentenças sem resolução de mérito se sujeitam à regra que

determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.

**77.** Assinale a alternativa correta.

- a) Sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.
- b) Para a existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando apenas a lei autorizar.
- d) As provas requeridas ou determinadas de ofício antes do início da vigência do NCPC, mas produzidas depois, respeitam as disposições do NCPC.
- e) A coisa julgada de questão prejudicial (art. 503, §1º, CPC) aplica-se aos processos iniciados sob a vigência do CPC/73, mas sentenciados já na vigência do novo Código de Processo Civil.

**78.** Marque a alternativa correta:

- a) A prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.
- b) Segundo o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o magistrado está limitado, na sua decisão, aos fatos jurídicos alegados e ao pedido formulado.
- c) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.
- e) A incompetência relativa somente pode ser arguida por meio de exceção, não podendo o juiz, em hipótese alguma, declinar de ofício da competência em razão do lugar.

79. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.
- b) Um dos pressupostos processuais é o juiz investido de jurisdição. Os advogados podem ingressar nesse cargo pelo quinto constitucional no Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por conselho de fiscalização profissional.
- d) Embora o STJ possua orientação de que constitui mera detenção a ocupação por particular de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, entende cabível o manejo dos interditos possessórios em face de outros particulares para a defesa da posse.
- e) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.

80. Marque a alternativa correta.

- a) A intervenção de ente federal, a título de amicus curiae, desloca a competência para a Justiça Federal.
- b) quando a prova pericial requerida pelo MP não seja realizada por entidade pública, não caberá à Fazenda Pública, mas sim ao próprio MP, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.
- c) o magistrado poderá punir os membros da Defensoria Pública, Ministério Público, Advocacia Pública e Advocacia Privada por ato atentatório à dignidade da justiça se descumprirem os comandos jurisdicionais.

d) Instaura-se o incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

e) A gratuidade garante a isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

81. Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidentalmente.

b) O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz não será considerado revel, mas lhe será aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

c) Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.

d) O prazo dobrado para a Advocacia Pública se aplica em todos os procedimentos, salvo se houver previsão específica em sentido contrário, a exemplo dos prazos nos juizados especiais e do prazo de 30 dias para embargar a execução.

e) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

**82.** Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela de evidência será concedida, independente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

b) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.

c) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

d) A gravação da audiência pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

e) A produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal será utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.

**83.** A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

b) Quando a sentença contiver condenação ilíquida ao pagamento de quantia, terá lugar o arbitramento, se assim exigir a natureza do objeto da liquidação. Se a sentença precisar de apenas cálculos aritméticos, não haverá liquidação, pois sentença já será considerada líquida.

c) Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, aplicando-se, no caso, o art. 229 – prazo em dobro para litisconsórcios.

d) Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

e) Não é possível a penhora do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de honorários de sucumbência.

**84.** Considerando a jurisprudência sobre o NCPC, a resposta incorreta é:

a) Os novos julgadores convocados na forma do art. 942 do CPC/2015 poderão analisar todo o conteúdo das razões recursais, não se limitando à matéria sobre a qual houve divergência.

b) O rol do art. 1.015, CPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

c) O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.

d) Segundo o STJ, a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige apenas dois requisitos: a presença de laudo médico fundamentado sobre a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS, bem como existência de registro na ANVISA. O STF, porém, permite que haja concessão de medicamentos mesmo sem registro na ANVISA, desde que se comprove mora irrazoável da autarquia.

e) Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**85.** Hélio, chefe de uma repartição pública federal, notou que seu subordinado imediato, Arnaldo, frequentemente tem chegado atrasado. Apesar de ter tido algumas conversas com ele a respeito para que regularizasse seus horários, a situação não mudou. Neste caso, Hélio:

a) poderá invocar o poder hierárquico para punir Arnaldo conforme previsão legal, visto que ele cometeu uma infração disciplinar funcional.

b) poderá se valer do poder disciplinar para a aplicação de sanções administrativas em Arnaldo, as quais deverão ser apuradas por meio de processo administrativo, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

c) deve se utilizar do poder de polícia administrativa, visto que Hélio poderá limitar direitos de Arnaldo através de sanção administrativa, sempre visando o interesse público.

d) poderá se valer da prerrogativa do poder vinculado, podendo optar pela punição ou não de Arnaldo, visto que se trata da liberdade de escolha do que for conveniente e oportuno para a Administração.

e) deverá dispor do poder de autotutela, dessa forma podendo anular os atos eivados de vício praticados por Arnaldo.

**86.** Noel, servidor público, ficou responsável por adquirir novas cadeiras para sua repartição. Para tanto, optou pela modalidade pregão, pelo tipo menor preço, cuidou para que edital fosse publicado com no mínimo 8 dias úteis de antecedência e providenciou a convocação dos interessados por meio de convite publicado na imprensa oficial. Noel:

a) se equivocou na escolha da modalidade de licitação, pois o correto seria o convite, visto se tratar de objeto de menor valor.

b) escolheu a modalidade correta, porém o tipo de licitação seria a de maior oferta, para que a administração pudesse optar pela a proposta mais vantajosa.

c) providenciou errada a data de publicação do edital, visto que a lei estabelece a antecedência mínima de 15 dias úteis.

d) designou corretamente a publicação com no mínimo 8 dias úteis de antecedência do edital, pois se trata da modalidade pregão e procedeu corretamente na convocação dos interessados.

e) agiu corretamente, salvo pela convocação dos interessados, pois a publicação se dá por meio de aviso na imprensa oficial.

**87.** Em se tratando de improbidade administrativa, a Lei Federal nº 8.429/92 estabelece que:

a) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público e decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.

b) na ação principal, em alguns casos previstos em lei específica, é permitida a transação, acordo ou conciliação.

c) o responsável pelo ato de improbidade está sujeito às cominações da referida lei, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.

d) nos casos de ação de improbidade administrativa, o Ministério Público deverá intervir no processo obrigatoriamente como parte, sob pena de nulidade.

e) permitir que pessoa física utilize verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de uma autarquia estadual, sem a observância das formalidades legais, configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

**88.** A respeito da Lei Federal nº 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, é correto afirmar:

a) Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público somente por decisão proferida em processo judicial, de iniciativa do Ministério Público, por intermédio de representação de iniciativa popular.

b) As Organizações Sociais não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

c) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado sem fins lucrativos desde que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 anos.

d) É vedada a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

e) É permitida às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, desde haja cláusulas previamente estabelecidas no Termo de Parceria.

**89.** A respeito do que dispõe a legislação vigente sobre contratos administrativos, é correto afirmar:

a) cabe ao contratante optar por uma das modalidades de garantias: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

b) a prestação de serviços a serem executados de forma contínua podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 48 meses

c) é facultado contrato com prazo de vigência indeterminado.

d) a nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, visto que opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

e) O instrumento de contrato é facultativo nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, como a autorização de compra.

**90.** Em relação às formas de descentralização e desconcentração administrativa, considere:

I. A outorga de serviços públicos depende de lei para sua implementação e é uma forma de descentralização.

II. A desconcentração se caracteriza por não haver criação de um novo ente com personalidade jurídica.

III. A descentralização por colaboração transfere a titularidade de execução da atividade da Administração Pública para uma pessoa jurídica de direito privado, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral.

Está correto somente o que se afirma em:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) I e III.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**91.** Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:

a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;

b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;

c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade;

d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;

e) deverão ser extintos.

**92.** A aposentadoria especial é concedida aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. De acordo com o STJ, o segurado que exerce atividades em condições especiais, quando em gozo de auxílio-doença:

a) não faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial.

b) faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial, desde que o auxílio-doença seja acidentário.

c) faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial, desde que o auxílio-doença seja previdenciário.

d) faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial, desde que o auxílio-doença seja especial.

e) faz jus ao cômputo desse mesmo período como tempo de serviço especial, seja o auxílio-doença acidentário ou previdenciário.

**93.** A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, considere as seguintes proposições:

I – A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

II – Incorpora-se a gratificação de função percebida, em cargo efetivo, por mais de 10 anos.

III – Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

IV – Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo

V – A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

a) Apenas a assertiva I está correta.

b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

e) Nenhuma das assertivas está correta.

**DIREITO PENAL**

**94.** Assinale a alternativa que traz uma conduta configuradora do crime de redução à condição análoga à de escravo:

a) obrigar ou coagir alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida.

b) cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

c) impedir alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

d) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.

e) recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.

**95.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre os crimes relacionados às relações de trabalho:

a) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho configura o delito denominado de atentado contra a liberdade de trabalho e boicotagem violenta, previsto no artigo 198 do CP.

b) Apesar de a CF prever como crime a retenção dolosa de salário, não houve, ainda, a criação do tipo penal específico pela legislação ordinária, razão por que se entende que a referida conduta constitui fato atípico.

c) O STF tem entendido que a denominação de uma infração penal como crime contra a organização do trabalho não faz atrair, por si só, a competência da Justiça Federal para seu julgamento, apesar da previsão constitucional de competir aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho (art. 109, VI, da CRFB).

d) No caso do crime de peculato na modalidade culposa, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

e) A conduta que configura o crime do artigo 313-A do CP (inserir ou facilitar a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano) só pode ser cometida pelo funcionário público autorizado a operar o sistema ou banco de dados.

**96.** Sobre o crime de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e sabotagem, previsto no artigo 202 do CP, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O tipo penal prevê duas figuras típicas, a de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola e a de sabotagem, sendo que ambas exigem o elemento subjetivo especial do tipo.

b) Só admite forma dolosa, sem previsão de punição a título de culpa em sentido estrito.

c) Não se exige qualidade específica do sujeito ativo, sendo classificado o delito como comum.

d) Não se admite o conatus.

e) O Superior Tribunal de Justiça entende que a competência para seu julgamento cabe, em regra, à Justiça Estadual.

**DIREITO INTERNACIONAL E  
COMUNITÁRIO**

97. No tocante às organizações internacionais e blocos econômicos no direito internacional, assinale a opção correta:

- a) A ONU e a Organização dos Estados Americanos são organizações supranacionais, já que assumem atribuições específicas dos Estados, restringindo parte de seu poder soberano.
- b) O Protocolo de Olivos dispõe sobre o início das negociações para fundação do MERCOSUL.
- c) As chamadas agências especializadas da ONU, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Organização para a Alimentação e a Agricultura, embora tenham alcance universal, não são dotadas de personalidade jurídica própria no âmbito do direito das gentes.
- d) Nos termos do Protocolo de Ouro Preto, o MERCOSUL é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica própria, que se apoia em um sistema deliberativo fundado na via de consenso dos Estados-partes.
- e) No âmbito do direito das gentes, denomina-se originária a personalidade jurídica das organizações, e derivada, a dos Estados.

98. Para Francisco Rezek, “[t]ratado é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos. Na afirmação clássica de Georges Scelle, o tratado internacional é em si mesmo um simples instrumento; identificamo-lo por seu processo de produção e pela forma final, não pelo conteúdo. Este — como o da lei ordinária numa ordem jurídica interna — é variável ao extremo. Pelo efeito compromissivo e cogente que visa a produzir, o tratado dá cobertura legal à sua própria substância. Mas essa substância tanto pode dizer respeito à ciência jurídica quanto à produção de cereais ou à pesquisa mineral.”

Sobre os tratados internacionais, assinale a resposta correta:

- a) a partir do momento que os Estados ratificam os tratados eles se comprometem sempre com as

suas disposições, não havendo a possibilidade de retirar-se unilateralmente,

- b) um Tratado é legalmente vinculativo para os Estados que tenham consentido em se comprometer com suas disposições, respeitando o princípio “Pacta sunt servanda”
- c) um Tratado pode ser do tipo “autoexecutável”, sem precisar passar pelos parlamentos internos dos países, em virtude de sua característica de negociação
- d) um Tratado só pode ser ratificado por um Estado que o tenha assinado anteriormente – durante o período no qual ele esteve aberto às assinaturas quando da sua elaboração.
- e) após a ratificação de um tratado específico, em nível internacional, o instrumento de ratificação deve ser formalmente transmitido ao depositário, que vem a ser os Estados Unidos, enquanto sede da ONU.

99. Sobre os sujeitos de direito internacional público na esfera internacional, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados são considerados os únicos reais sujeitos de direito internacional público, capazes de realizar tratados entre si.
- b) Os estados internos de um país podem realizar tratados internacionais desde que com anuência da união.
- c) Conforme a Constituição Federal de 1988, o município será considerado sujeito de direito internacional público, vez que possui autonomia política.
- d) As organizações internacionais são consideradas sujeitos de direito internacional público.
- e) O Mercosul não é considerado sujeito de direito internacional público.

**100.** Juliana, de nacionalidade brasileira, casa-se com Leandro, de nacionalidade italiana. O casal tem uma filha, Julia, que nasce na Espanha. Nos termos da Constituição Federal de 1988, Julia:

- a) não possuirá nacionalidade brasileira nem espanhola.
- b) poderá ser brasileira naturalizada, se residir na República Federativa do Brasil, e optar, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira
- c) será brasileira nata, independentemente do cumprimento de qualquer outro requisito.
- d) poderá adquirir a nacionalidade brasileira se fixar no Brasil residência por um ano ininterrupto e possuir idoneidade moral.
- e) terá nacionalidade brasileira, desde que seja registrada em repartição brasileira competente.



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

## Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-MPT-Procurador-do-Trabalho-04-01-20>

## Conheça nossos cursos

<http://bit.ly/Curso-MPT-Procurador-Estrategia-Concursos>

